

Ata N.º	02/2014
Livro N.º	Folha N.º
6	8

## **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **ATA N.º 02/2014 DE 29 DE ABRIL DE 2014**

----- Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e catorze, reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva, em Sessão Ordinária do mês de Abril do ano em curso, pelas catorze horas, com a ordem de trabalhos constante no Edital junto aos documentos anexos a esta acta e oportunamente remetida a todos os membros da Assembleia. -----

----- Estiveram presentes na sessão os seguintes Membros da Mesa da Assembleia: -- Paulo Manuel Teixeira Marques, Presidente deste Órgão Autárquico, Helena Isabel Mota Afonso Reis, José Luís Lopes Ramos, respetivamente, primeira e segundo secretários, e os seguintes Membros: -----

Pedro Alexandre Afonso de Sousa, Manuel Moraes Ramos, Mário Jorge Martinho Morgado, Ilídio Silva Ferreira, António Manuel Rodrigues Coelho, Fernando da Costa Félix, Rosa Cristina Clara Alves Pinto, José Manuel Soeiro do Nascimento Correia Alves, Maria do Rosário Morgado Simões, Paula Cristina Sá Nascimento, José Manuel Afonso Rodrigues, Jorge Manuel Silva Cerdeira, Amândio Martinho Salvador, Augusto Marques Moreira, Jorge Manuel Pereira Reis e Ilídio Afonso da Cruz.-----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Diogo Martins Cardoso.-----

----- Nos termos da alínea r) do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, participou na sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Ao abrigo do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, participaram na Sessão os Vereadores, Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a tempo inteiro e Sr. Cristóvão Malhada Ferreira, vereador em regime de não permanência.-----

----- Sendo a hora designada para início da sessão, eram catorze horas e verificando-se haver quorum, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão, dando início aos trabalhos: -----

#### **-----PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----**

##### **----- 1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso: -----**

###### **----- a) Expediente recebido -----**

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 28 de Fevereiro e 29 de Abril de 2014.-----

###### **----- b) Justificação de ausências:-----**

----- O membro Sr. Diogo Martins Cardoso, por requerimento registado em 24.04.2014, informa que por motivos de ordem profissional não pode comparecer à presente reunião e solicita a respectiva justificação. -----

----- A Mesa da Assembleia justificou a ausência do Sr. Dioga Cardoso. -----

----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros:-----

----- José Manuel Correia Alves, membro da bancada do Partido Social democrata (PSD), referiu o seguinte:-----

*Em relação às obras municipais a decorrer, gostaria de obter o ponto de situação das mesmas a nível do seu desenvolvimento físico e cumprimento da calendarização e cronogramas financeiros aprovados, nomeadamente:*

- *Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva;*
- *Sinagoga de Vila Cova a Coelheira;*
- *Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva;*

*Alertar também que se mantém as situações de necessidade de reparação e intervenção que mencionei na reunião de 28 de Fevereiro de 2014, relativas a:*

- *Estrada Municipal Touro – Vila Nova de Paiva: mantém-se grandes “crateras” no piso, fazendo perigar a segurança rodoviária;*

- *Existência de águas pluviais diretamente encaminhadas ao passeio e estrada municipal em Alhais no lugar do cruzamento para Vila Garcia, que fazem perigar a segurança do trânsito rodoviário e pedonal;*

- *Reparação das depressões na calçada do largo do cruzamento do GNR em Vila Nova de Paiva que originam acumulação de água pluvial que dificulta e diminui a segurança rodoviária no local;*

*Por fim, felicitamos o Sr. Presidente da Câmara Municipal e Executivo pela apresentação dos dados económicos e financeiros que em reuniões antecedentes não tinham sido entregues para prévia apreciação e que, desta forma, permitem uma melhor avaliação da situação do Município e da sua evolução no plano económico-financeiro. “*

O Sr. José Manuel Correia Alves, referiu ainda a título de sugestão ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, a possibilidade de os documentos relativos às Contas, Relatório, Plano de Actividades e Orçamento, processos esses muito volumosos, que têm sido enviados em formato de papel, passem a ser enviados em suporte informático. Julga até, que com esta medida serão aliviados o trabalho dos funcionários e custos da autarquia.-----

----- O Sr. Fernando Costa Félix, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

*“Sr. Presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, caros Colegas Deputados e demais pessoas presentes.*

*Permitam-me que neste período de Antes da Ordem do Dia apresente ao Executivo Municipal, em especial à Sr.ª Vereadora responsável pela área da cultura, uma sugestão emergente do facto de há uns tempos ter sido convidado para a apresentação de um livro da autoria de um conterrâneo nosso, o queiriguense João Barbosa, com o título de “Bichos sem Conta”, editado pela Alfarroba Edições.*

*Trata-se de um livro destinado ao público infantil, composto por textos de João Barbosa e ilustrações de Fernanda Azevedo, com preocupações ético-ambientais, cuja primeira apresentação decorreu em Alcochete, na Reserva Natural do Estuário do Tejo, facto este (distância) que me impediu de estar presente. Contudo e como lancei o repto ao João Barbosa para uma possível apresentação aqui na sua terra Natal, junto das suas gentes, aproveito agora para sugerir a conciliação de esforços do Executivo e do Agrupamento de Escolas Municipais, para o aproveitamento desta oportunidade, enquadrada talvez na atividade denominada de “Hora do Conto”.*

*Segundo sei têm sido feitas várias apresentações na zona de Lisboa, as quais têm demonstrado uma grande receptividade do livro pelo público, pelo que julgo ser uma oportunidade de reconhecermos e valorizarmos “algo nosso” e, caso assim o entendam, estarei disponível para fornecer e facilitar os contatos do autor João Barbosa para acertarem os pormenores. Obrigado.”*

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto do período “antes da ordem do dia”, o Sr. Presidente da mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

----- O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as informações e sugestões apresentadas e informou que o Parque Urbano e Praia Fluvial está executado a 95%, prevendo-se a sua conclusão para finais de Maio e que o prazo previsto inicialmente para execução desta empreita já terminou. O inverno rigoroso e ao facto daquela zona ser sensível, porque o rio transborda facilmente, bem como o facto daquela zona estar incluída na Rede Natura, implicou cumprir condicionantes impostas por diversas entidades ao longo da execução da obra, levou a um atraso substancial.-----

----- Quanto à empreitada da Sinagoga, o Sr. Presidente informou que em virtude de ter havido abandono da obra por parte do adjudicatário, empresa espanhola, o contrato inicial foi revogado em Outubro de 2013. Posteriormente foi aberto novo procedimento, estando as obras a decorrer a bom ritmo.-----

----- Quanto à reparação das estradas, o Sr. Presidente informou que já reuniu com os Presidentes de Junta, para o lançamento um plano de recuperação das estradas

municipais, e que no momento os serviços camarários estão já a efetuar as reparações mais urgentes.-----

----- O Sr. Presidente considerou que o Sr. Fernando Félix apresentou uma boa sugestão, até porque a temática da educação deve ser uma preocupação constante das autarquias. -----

----- Terminadas as intervenções, passou-se à análise da ordem do dia, como segue:--

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **a) - Apreciação e votação dos texto definitivo da ata da Sessão ordinária do dia 28 de Fevereiro de 2014, aprovada em minuta na própria reunião.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de 28 de Fevereiro do ano em curso.-----

----- **b) Alteração ao Plano Diretor Municipal,** cujo projeto, para efeitos de audiência pública, foi publicado por Aviso n.º 3024/2014, na 2.ª Série do Diário da República n.º 39, de 25 de Fevereiro de 2014 – Aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 15 de Abril de 2014 – Apreciação e votação.-----

----- O Sr. Presidente informou que a alteração ao PDM se deve ao facto de parte do espaço definido para zona industrial estar em perímetro florestal, o que levou à necessidade de ampliação daquela área. Aproveitou para informar a Assembleia de que ainda hoje, por dois jovens do concelho, foi apresentado um pedido para se instalarem naquela Zona Industrial.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto inscreveu-se e usou da palavra o Sr. José Manuel Correia Alves que referiu o seguinte: -----

*“Em relação à proposta de aprovação da alteração efetuada ao Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva, relativa á alteração das áreas afetas ao “Loteamento Industrial de Vila Cova a Coelheira”, que votamos favoravelmente, não podemos deixar de colocar uma questão que se nos afigura por esclarecer: “Qual o motivo e alcance pretendido com a ampliação da área do Parque Industrial, dado que até ao momento ainda não se verifica qualquer utilização do espaço disponível?” e por outro lado, dadas as características técnicas e económicas quer do referido espaço e localização quer do nosso tecido empresarial e produtivo no Município e espaços limítrofes, deixar a sugestão, que nos parece mais bem enquadrada sob os pontos de vista atrás referidos, de, em lugar de chamar e classificar aquele espaço como “Parque Industrial”, com todas as implicações legais e restrições técnicas que isso obriga, transforma-lo em “Parque Empresarial”, permitindo assim a fixação de outras atividades como o armazenamento e os serviços, que poderão complementar e trazer benefícios mútuos na convivência com unidades industriais de produção e*

Ata N.º	02/2014
Livro N.º	Folha N.º
6	8

*transformação que esperamos o Município possa cativar e vir a criar condições para a sua fixação e desenvolvimento a curto e médio prazo.*

*Deixava ainda a sugestão da criação de medidas concretas que apelem não só á fixação nas ao desenvolvimento de “clusters” vocacionados para o aproveitamento dos recursos endógenos do nosso Município nomeadamente a “fileira florestal” com toda a envolvimento que o sector possui e proporciona.*

*Por outro lado é imprescindível que o Município crie, definitivamente e com máximo de brevidade, as condições técnicas e legais que permitam a ampla divulgação deste espaço de oportunidade para investidores locais ou exteriores ao nosso Município, para que, havendo interesse dos mesmos, se possam lá implantar de forma imediata e sem criação de qualquer entraves legais ou físicos, pois de outra forma será contraproducente e até prejudicial divulgar um Parque que depois não terá condições de resposta imediata á solicitação dos investidores.*

*É a nossa opinião sobre o assunto e que queremos deixar, a título de sugestão, ao Executivo Municipal.”*

----- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Mesa colocou o assunto a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar Alteração ao Plano Diretor Municipal.-----

----- **c) Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade,** cujo projeto, para efeitos de audiência pública foi publicado por Edital N.º 167/2014, na 2.ª Série do Diário da República n.º 39, de 25 de Fevereiro de 2014 – Aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 15 de Abril de 2014 – Apreciação e votação.-----

----- O Sr. Presidente da Câmara referiu que o Regulamento em epígrafe surgiu em virtude do licenciamento zero.-----

----- Abertas as inscrições para este ponto, e não tendo havido inscrições o Sr. Presidente da Mesa colocou o Regulamento a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público e Publicidade.-----

----- **d) Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2013 – Aprovadas em reunião extraordinária do dia 15 de Abril de 2014 -** Aprovado em reunião extraordinária da Câmara Municipal do dia 15 de Abril de 2014 – Apreciação e votação. -----

----- Foram presentes à reunião o Relatório de Gestão e a Prestação de Contas referentes ao exercício do ano de 2013, oportunamente entregues a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente à Execução Orçamental verifica-se no Mapa de Fluxos de Caixa que o montante das Receitas Orçamentais, incluindo o saldo da gerência anterior no montante de €93.065,36, (noventa e três mil, sessenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos), foi de €7.196.707,10 (sete milhões, cento e noventa e seis mil, setecentos e sete euros e dez cêntimos) e o montante das Despesas Orçamentais realizadas foi de €6.630.634,54 (seis milhões, seiscentos e trinta mil, seiscentos e trinta e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos), transitando um saldo para o exercício seguinte no valor de €566.072,56 (quinhentos e sessenta e seis mil, setenta e dois euros e cinquenta e seis cêntimos). -----

----- Relativamente às Operações de Tesouraria, verifica-se no mesmo Mapa que o montante das entradas de fundos, incluindo o saldo da gerência anterior no montante de €404.772,61 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e setenta e dois euros e sessenta e um cêntimos), se cifrou no montante de €884.179,19 (oitocentos e oitenta e quatro mil cento e setenta e nove euros e dezanove cêntimos), constatando-se uma saída de fundos no valor de €489.413,41 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e treze euros e quarenta e um cêntimos), transitando um saldo para a gerência seguinte no valor de €394.765,78 (trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e sessenta e cinco euros e setenta e oito cêntimos). -----

----- Foi proposto pelo Sr. Presidente naquele Relatório que os resultados líquidos do exercício, no montante de €720.474,46 (setecentos e vinte mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), sejam aplicados, nos termos do ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, somente em reforço de reservas legais (€36.023,72), dado não haver necessidade de reforço do património visto o valor contabilístico da conta 5.1 “Património” ser já superior a vinte por cento do ativo líquido. -----

----- Os documentos de prestação de contas elencados no Anexo I encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta quando para tal forem solicitados. -----

----- O Sr. Presidente fez uma apresentação detalhada das Contas, tendo realçado que o nível de execução das GOP do ano de 2013, foi de 59,86%, sendo a maior taxa dos últimos nove anos quando a média do período dos nove anos rondou os 50%. Em

Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

termos de execução do Plano Plurianual de Investimento do de 47,24% , valor este superior à média dos últimos nove anos que foi de 42,89%. -----

----- O binómio das transferências de capital e correntes que tem sido cada vez menor. Verifica-se uma curva descendente no valor das transferências do Estado para o Município, valor que ascende a mais de seiscentos mil euros.-----

----- Referindo-se às receitas correntes, informou que o valor de IMI cobrado aumentou significativamente em virtude da avaliação geral extraordinária que decorreu a nível nacional. A receita do imposto único de circulação também teve um pequeno aumento. Houve também um aumento de receita do imposto municipal sob transações onerosas, cujo valor foi de 96.578,08 €, e que duplicado em relação a 2012, o que significa que a economia do país embora esteja em dificuldades, na área do município mexeu.-----

----- Quanto às receitas provenientes das taxas específicas da autarquia, verifica-se uma redução, não só devido à crise económica que se vive em Portugal, mas também devido ao facto do Município de Vila Nova de Paiva uma medida que baixou em 50% o preço das taxas das licenças de construção, e que irá vigorar até 2015. -----

----- Comparando as receitas correntes com as despesas correntes verifica-se um superavit de 534 mil euros, sendo a primeira vez que isto acontece nos últimos nove anos.-----

----- O Sr. Presidente referiu que, conforme se pode constatar dos documentos em apreço o montante das receitas de capital transferidas pela administração central baixaram significativamente, no entanto em termos de projetos comunitários a Câmara conseguiu uma boa participação, embora inferior a 2012.-----

----- Quanto a despesas com pessoal, estas têm vindo a baixar desde 2009, porém no ano de 2013 houve um ligeiro acréscimo, devido à reposição do subsídio de férias e de Natal. No que concerne a despesas com serviço extraordinário verifica-se uma redução, não só devida a imposição legal, como também à gestão da autarquia. -----

----- Manteve-se um bom índice de aquisição de serviços. Em termos de dívida pública pagou-se muito menos que em 2012. Tem havido uma preocupação com a dívida a fornecedores, que em 31.12.2013 era de 437 mil euros, quando a média dos últimos onze anos era de dois milhões.-----

----- Por fim o Sr. Presidente disse que, o risco do Município não poder pagar os débitos de curto prazo foi ultrapassado em mais de 100% e que a rapidez de satisfação da dívida a curto prazo é favorável em cerca de trinta pontos.-----

----- Abertas as inscrições, inscreveram-se e usaram da palavra os seguintes membros: -----

----- O Membro Sr. José Manuel Afonso Rodrigues, começou por saudar os Srs. Presidentes da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal, restantes membros da mesa, deputados da Assembleia, publico presente, e ouvintes da rádio escuro que mais uma vez está a transmitir ao auditório os trabalhos da sessão.-----

----- De seguida referiu o seguinte;-----

- *“Venho mais uma vez apresentar a análise sobre a gestão do município do ponto de vista estritamente económico financeiro, sabendo que os registos/resultados apresentados nas contas do município resultam de opções políticas as quais são reflectidas na gestão.*

- *É comum e frequentemente recebermos informações/notícias que confirmam o enquadramento económico financeiro e social muito difícil. Esse enquadramento nacional, resulta de enormes restrições financeiras a que o País foi sujeito nos últimos anos, culminando com a intervenção da TROIKA que teve como objetivo principal solucionar os problemas financeiros evidentes e irresolúveis sem essa intervenção internacional.*

*As divergências políticas de como o caminho deveria ser percorrido para a resolução dos problemas estruturais existentes no país existentes, não patentes diariamente, mas não as vou referir nesta intervenção.*

*O que todos, de certo, partilhamos da mesma posição, é que a sociedade portuguesa sofreu inúmeras consequências negativas, e em algumas áreas, retrocessos significativos. Uma das áreas mais evidentes, e com maior impacto, foi o desemprego crescente.*

*E para não me alargar muito, apenas refiro que essas dificuldades, tiveram e têm ainda reflexo na gestão estratégica e diária dos Municípios, responsáveis pela boa gestão dos recursos públicos, cada vez mais escassos, em prol do desenvolvimento económico e social do território dos municípios.*

*Quanto à análise das contas propriamente ditas, e como referi no início da intervenção os resultados refletem os atos de gestão que o executivo implementou e executou ao longo do ano, com base nas opções políticas.*

*Do meu ponto de vista, o que podemos aferir da Prestação de Contas complementado com as informações do Relatório de Gestão referentes a 2013, é o seguinte:*

*Total das receitas correntes - 5.076.968 €;*

*Total das despesas correntes - 4.532.168 €*

*Resulta um superávit de 534.298 €.*

*É a primeira vez desde 2007 que o Município consegue apresentar este resultado. É positivo porque as receitas correntes superam as despesas de atividade corrente. É certo que os impostos tiveram aqui um contributo significativo com um acréscimo de 33% fase a 2012. O nível de execução orçamental em relação ao ano anterior, no entanto, continua a evidenciar graus de execução muito baixos. Conclui-se que ao contrário de anos*



Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

*anteriores, na execução das rubricas da despesa corrente e receita corrente, o executivo conseguiu originar um diferencial positivo apreciável.*

*Quanto às rubricas do investimento (Capital):*

*- Despesas de capital - 2.098.455 €;*

*- Receitas de Capital – 2.098.573 €*

*- Verifica-se um défice de cerca de 70.000 € ( 4%), neste caso foram utilizados recursos de 70.000 € com investimento, que não advieram de receitas de capital. Face ao diferencia nada de preocupante.*

*Constata-se uma redução nos investimentos em 2013 de cerca de 400.000 € face ao registado em 2012.*

*- Na sequência do que referi aqui aquando da apresentação do orçamento para 2013 confirma-se o que era evidente. Um orçamento supra avaliado o que resultou numa percentagem muito baixa de realização:*

*- Despesas totais – 34, 87%( quando em 2012 foram de 54%);*

*- Receitas Totais – 24,70% ( quando em 2012 foram de 35%).*

*Aqui o Executivo não adequou minimamente o Orçamento previsto à execução, o orçamento de 2013, foi apenas uma peça contabilista sem qualquer adaptação à realidade .Entre a receita prevista e a realizada há um diferencial de 1.840.000 €. O mesmo acontece com a despesa prevista e a realizada, havendo neste caso um diferencial de 2.300.000,00.*

*Quanto às despesas com pessoal e número de trabalhadores, verifica-se um acréscimo de custos com pessoal, derivado fundamentalmente das alterações impostas pelo Tribunal Constitucional (reposição dos subsídio de Férias e Natal). No entanto, o número de funcionários com contrato a termo certo reduziu (menos nove pessoas) e houve a redução de um funcionário com contrato por tempo indeterminado.*

*Uma das áreas avaliadas, que também pode aferir a gestão do executivo é o prazo de pagamento a fornecedores. O valor da dívida em carteira, cifrou-se em 842.426 €, muito abaixo do registado em 2013 (1.687.000€, o o mais baixo desde 2003. Aqui o executivo efetuou uma vez mais uma adequada gestão, com o recurso é certo, ao financiamento através do programa de Apoio à Economia Local para o efeito (568.000 € em Maio de 2013), mas com resultados evidentes e fundamentais para a circulação mais rápida de massa monetária na economia real.*

*Empréstimos de curto prazo não existem, considero adequado este enquadramento.*

*Os empréstimos de médio e Longo Prazos sofreram um acréscimo de 32.000€. Se considerarmos a contratação do empréstimo de 568.000€ do PAEL, existiram amortizações, o que dá um resultado positivo. Refiro ainda a existência de dois empréstimos que ainda não iniciaram o período de amortização, contratualizados em 2010 para a construção do parque desportivo Municipal*

(501.000 €) e construção da circular urbana norte (200.000 €), que vão agravar o serviço da dívida do Município.

Quanto à gestão patrimonial, há uma melhoria a todos os níveis – maior capacidade da autarquia solver os seus compromissos a curto prazo.

A autonomia financeira foi melhorada de 20,43% para 22%. O risco de falência da autarquia não existe, ao contrário de muitos outros municípios que apresentaram uma gestão danosa ao longo dos últimos anos, com excessos não controlados.

Resumindo:

- Uma melhoria na estrutura financeira em continuação do já verificado em 2012;

- Continuada melhoria dos indicadores de tesouraria;

- As transferências da administração central não preponderantes na viabilidade financeira do Município como em todos os municípios do interior, onde as receitas próprias são exíguas;

- O Relatório e a Prestação de Contas, permite-me concluir que a melhoria no desempenho económico financeiro continuou a verificar-se e a reforçar-se no exercício económico de 2013.

Por isso, cumpre-me dar os parabéns ao executivo pelos resultados evidenciados. Assim a minha honestidade intelectual, me obriga a efetuar-lo publicamente e nesta Assembleia.

As opções políticas podem ser questionáveis, mas os resultados da gestão financeira e económica não o podem, porque na minha (modesta) opinião, era muito difícil atingir melhores resultados económicos financeiros com a conjuntura verificada ao longo de 2013.

Assim a viabilidade do Município, muitas vezes colocada em causa nos últimos tempos, está mais salvaguardada, não obstante, não estar garantida”

O Sr. Fernando Félix, acerca das Contas e Relatório do exercício do ano de 2013, referiu o seguinte: -----

“Antes de apresentar uma conclusão, que será limitada de forma a não repetir o já dito pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Deputado que me antecedeu, eu gostaria de esclarecer dúvidas pontuais sobre alguns dados apresentados, assim Sr. Presidente da Assembleia se for possível esta primeira fase da minha intervenção será em forma de diálogo com o Sr. Presidente da Câmara. Atenta a disponibilidade manifestada permitam-me então questionar:

- relativamente ao valor de Fundo de Equilíbrio Financeiro recebido no ano de 2012, referido no Mapa de fls. 21 com o montante 721.733,00 € e diferentemente no Gráfico de fls. 28 com o montante de 1.443.465,00 €, isto será certamente lapso de escrita, sendo o último o correto?

Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

*- relativamente aos dados do Gráfico de fls. 32, se o aumento dos valores da Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social – Regime Geral é facilmente compreensível pelas políticas nacionais, pergunto se existe alguma razão ou facto anormal que justifique o aumento significativo e exponencial do valor apresentado na rubrica Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE) uma vez que passou do montante de 10.409,52 € em 2012 para o montante de 54.203,87 € em 2013?*

*- por último, uma curiosidade, em relação ao mapa de Principais Transferências Correntes do Município constante de fls. 18 o valor (30.856,44 €) transferido em 2013 para a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva é corrente e normal?*

*Depois destes esclarecimentos, e após a análise de “gestão financeira” elaborada pelo deputado anterior e pelo Sr. Presidente da Câmara como conclusão digo o seguinte:*

*- obviamente que a análise das Contas de 2013 permite verificar os efeitos simultâneos da redução de algum investimento em relação ao ano de 2012, do empréstimo obtido com a adesão ao PAEL e do aumento do IMI.*

*Verificando-se também a confirmação da nota por mim apresentada na aprovação do Orçamento para 2013, quando lamentava que das iniciativas anunciadas nenhuma fosse orientada para a promoção do emprego e estímulo da economia privada, sendo esse, na minha opinião, um dos principais desafios, não apenas do Executivo, mas de todos nós os eleitos. Lamentando eu, e pegando até no exemplo da ADSE em que houve o aumento exponencial atrás referido e que revelará problemas de saúde dos funcionários, que pouco se tenha feito para melhorar as finanças das pessoas. Finanças que atendendo à conjuntura nacional, aos cortes já referenciados, também não estão boas. É verdade que, conforme o Sr. Presidente da Câmara referiu, desenvolveram-se funções sociais e económicas. Em relação às funções económicas eu penso que no Mapa de fls. 7 (Resumo da Execução Anual das Grandes Opções do Plano) a rubrica “Indústria e Energia” revela um pouco essa tendência na medida em apresenta um valor bastante reduzido (6.171,43 €). Este mapa revela também o significativo valor (573.047,09 €) apresentado pela rubrica “Transportes Rodoviários”, demonstrando a importância dada à construção destas*

infraestruturas. É certo que a sua construção é crucial para a fixação de pessoas, continuando eu a lamentar que, apesar dos investimentos feitos, ainda haja um número significativo de pessoas com habitações cujos acessos ainda não estão pavimentados e não apresentem as melhores condições sobretudo no Inverno.

Mas, voltando à situação das pessoas e atendendo ao superavit revelado pelas contas eu, sem qualquer menosprezo pela vaidade institucional referida há pouco pelo Sr. Presidente da Câmara, pergunto se não teria sido também o ano, dada a situação financeira das pessoas e das famílias, para se tentar aliviar a sua carga fiscal através da medida disponível de comparticipação no IRS. Será curto, pouco provavelmente para as necessidades, mas eu pergunto se esta Câmara tivesse abdicado da participação variável do IRS (60.898,00 €) em favor dos contribuintes não teria aliviado um pouco a carga fiscal das famílias, se não teria dado um sinal de promoção do emprego privado. Há instantes o Sr. Presidente da Câmara referiu o interesse de alguém aqui presente em instalar uma empresa no Parque de Vila Cova a Coelheira, lamentando eu que, mesmo reconhecendo a existência de contingências e legalidades a cumprir como a de que hoje temos conhecimento relativa ao perímetro florestal, esta conversa se mantenha há diversas sessões sem qualquer evolução.

A nível financeiro a instituição estará bem, mas acho que teremos de olhar mais para as pessoas, para os contribuintes. Eu tenho muito carinho pela função social e penso que as pessoas das faixas etárias da infância e terceira idade estão bastante protegidas, mas preocupa-me a população ativa (encaixando-se aqui a questão do IRS atrás referida) que tem que ser motivada a instalar-se, a ficar e a criar emprego para este Município ser sustentável.

É fácil culpar o Governo pela extinção de serviços, eu sempre me manifestei contra isso, mas é uma nova corrente de gestão/administração pública, e algumas das minhas intervenções nesta Assembleia, por vezes não foram compreendidas, porém alertavam para a necessidade de se adequar a política municipal com a política nacional. Foi por isso que eu me manifestei contra algumas medidas que aqui foram aprovadas, porque, conforme referi, nós poderemos queixar-nos, manifestar-nos contra o encerramento de serviços, mas é urgente adotarmos políticas tendo presente também o que nos ensina a

Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

*gestão através da teoria sistémica e contingencial. A primeira ensina-nos que somos a parte de um sistema, de um todo, e a segunda lembra-nos que, conforme as contas em discussão bem revelam, apesar do significativo aumento das receitas próprias resultantes do IMI mantemos uma enorme dependência das transferências governamentais. Ou seja, como a maioria dos Municípios do interior, somos mesmo dependentes e condicionados pelas contingências/finanças nacionais. E a luta contra o encerramento dos serviços será mais forte quanto mais pessoas nós formos visto que se deixarmos “fugir” as pessoas será mais fácil para o Governo questionar a necessidade de termos cá os serviços. Apesar disso eu, conforme defendi noutras ocasiões, penso que tem de haver solidariedade das pessoas do litoral para com as pessoas do interior, não podendo o interior ser visto como uma reserva ou zona verde. Sendo também possível alegar, caso o Governo entenda dessa forma o território nacional, o por mim já referido nesta Assembleia exemplo sistémico da Amazónia, o qual nos ensina que se a Terra pode exigir ao Brasil a conservação daquela floresta, como “pulmão” do planeta, também o Brasil pode exigir aos restantes Países, que exploraram os seus recursos como bem entenderam, a compensação/contributo para a sua manutenção.*

*Assim, termino dizendo que, na minha opinião, a política municipal deve exigir a solidariedade e coesão territorial, mas também adotar políticas próprias de criação de emprego, de fixação de pessoas para ser de todo sustentável a manutenção deste Concelho. Obrigado pela atenção.”*

----- O Sr. Presidente da Câmara respondeu à intervenções como segue:-----

*“ Sr. Dr. José Manuel Riodrigues, Fico muito agradado com a sua intervenção, porque o senhor tem a capacidade de análise técnica de todos estes documentos. Fico agradado pela Sua honestidade, não só intelectual mas também de competência que teve em dizer o que hoje aqui disse.*

*Sr. Fernando Félix, o valor das participações da ADSE não depende da gestão da Câmara, depende sim da saúde ou doença dos trabalhadores.*

*Fala-se muito em redução de taxas de IMI, porque custa a todos pagar os valores atuais, mas todos sabem que por proposta do Partido Socialista, desde 2009 as taxas aplicadas no município são as mínimas.*

*Quanto à referência à iniciativa privada e incentivo ao emprego, nós até tivemos a capacidade de reduzir em 50% o valor das taxas aplicadas na construção civil. Nós devemos ser dos poucos municípios em que o transporte escolar é gratuito*

*até ao 12.º ano de escolaridade . há quatro anos que a Câmara Municipal distribui gratuitamente os manuais escolares a todos os alunos do 1.º ciclo do ensino básico.*

*Fizeram-se várias candidaturas de projetos de eletrificação, de abertura e melhoramento de caminhos que viram beneficiar muitos jovens empresários. A Câmara tem atualmente a prioridade de se virar para as pessoas que são o mais importante.*

*O Sr. Fernando Félix fala muito de IRS e da redução da taxa, mas tanto quanto se sabe, essa redução, no concelho de Vila Nova de Paiva era insignificante. Mais, o Governo durante o ano de 2012, se havia uma medida de descriminação positiva por viver-mos no interior e cá resistir-mos, que era a ajuda às empresas que se aqui quisessem instalar (IRC taxa reduzida) até essa descriminação nos tirou. As empresas pagavam 15% agora pagam como as do Porto ou de Lisboa (25%), isso é que é de lamentar.”*

----- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da mesa colocou os documentos de gestão em epígrafe a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta, com cinco abstenções dos Sr. Fernando Félix, José Manuel Correia Alves, Rosa Cristina Alves Pinto, Paula Cristina Nascimento e Maria do Rosário Morgado, e catorze votos a favor dos restantes membro presentes, aprovar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do exercício de 2013.-----

----- **e) Apreciação da Actividade Municipal** desenvolvida durante os meses de Março e Abril do ano em curso, mapa contendo a informação sobre a situação financeira do Município e informação sobre os processos judiciais em curso, nos termos do artº 25º, nº 2, alínea c) do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos 71.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Inscreveu-se e usou da Palavra o Sr. Augusto Videira Martins, de Fráguas, que deu conta de alguns problemas de energia elétrica, na Freguesia de Fráguas. -----

----- O Sr. Presidente prestou os esclarecimentos necessários.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

Ata N.º <b>02/2014</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>6</b>	<b>8</b>

## ENCERRAMENTO

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

[illegible]